

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 19 Liberal

Class.: _____

Data: 19/09/92

Pg.: _____

Funai quer definição política para garantir terra aos Tembé

Líderes indígenas negociam em Brasília solução pacífica para impasse com madeireiros e posseiros que ocupam a reserva.

Após cinco dias de peregrinação em Brasília, onde foram recebidos em órgãos da administração federal e no Congresso Nacional, oito líderes da tribo Tembé cumpriram mais uma etapa do cronograma por eles elaborado para tentar resolver pacificamente a questão da invasão de suas terras por posseiros, madeireiros e fazendeiros. Os índios tembé habitam a Reserva Indígena Alto Rio Guamá, num total de 278 mil hectares que abrange parte dos municípios de Viseu, Ourém e Paragominas, no noroeste paraense.

"A situação fundiária da área Alto Rio Guamá continua gravíssima e requer uma definição política do governo federal, além de disponibilidade de recursos para que a questão seja resolvida e evite que o problema se agrave", alerta o administrador da Funai em Belém, Frederico de Miranda Oliveira, que chefia uma unidade encarregada de prestar assistência a 2.558 índios que habitam as áreas indígenas Alto Rio Guamá, Cuminapanema, Mapuera, Tembé e Turé da

Mariquita, no Pará, e Awá-Guajá e um posto indígena na Reserva Alto Turiaçu, no Maranhão.

Segundo o administrador da Funai, as terras dos tembé continuam sendo alvo de cobiça de madeireiros e da ação de especuladores que fazem da prática da invasão "negócios que enriquecem muitas pessoas, muito embora de forma criminosa, porque qualquer área habitada por índios, em qualquer ponto do território nacional, é patrimônio da União, que deve ser preservado pelos órgãos competentes, entre os quais a Funai".

A retirada ilegal de madeira da área indígena Alto Rio Guamá, assegura Frederico Oliveira, é consequência do esbulho que as terras dos tembé vêm sofrendo desde meados da década de 70. A partir de 1976, quando foi concluída a demarcação da reserva, segundo o administrador da Funai, foi dado o primeiro e definitivo passo para que a área dos tembé fosse devassada e ficasse exposta à invasão: o fazendeiro polonês Mejer Kabaczniak, radicado no Brasil há muitos anos, obteve permissão da Funai para construir uma estrada que atravessa a reserva.

Peregrinação

Como a questão já se arrasta há mais de 13 anos e suas terras continuam sendo invadidas, os índios tembé resolveram acompanhar de perto o desenrolar da

questão, tanto na Funai quanto nos outros órgãos envolvidos e também na Justiça Federal, onde a Funai entrou com duas ações contra o fazendeiro Mejer. Inicialmente, em Belém, eles fizeram uma série de visitas e receberam apoio de órgãos como a Universidade Federal do Pará, Ibama, Procuradoria Geral da República, e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros.

Em Brasília, os índios também foram recebidos na Procuradoria Geral da República e no Congresso Nacional, pelo deputado federal Waldir Ganzer (PT-PA). Os índios afirmaram que vão cobrar dos órgãos envolvidos direta e indiretamente na questão indígena a desocupação de suas terras por posseiros, fazendeiros e madeireiros. Os tembé reivindicam ainda a imediata homologação da demarcação da Reserva Indígena Alto Rio Guamá, demarcada desde 1976.

"Os índios estão cobertos de razão em cobrar agilidade dos órgãos competentes, para que suas terras sejam desocupadas o mais rápido possível. O que me preocupa é o fato deles já terem perdido a paciência e, caso a demora persista, tentem resolver a situação expulsando os posseiros por seus próprios meios, conforme admitiram numa entrevista coletiva à imprensa, em Belém", alerta o administrador regional da Funai, Frederico de Miranda Oliveira.